



núcleo dos estudos de população e sociedade

neps

boletim informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade | Instituto de Ciências Sociais | U.M. | Guimarães | 33/34 | Setembro/Novembro de 2003

■ sumário

EDITORIAL

Os congressos de Medicina Popular em Vilar de Perdizes (Montalegre)

♦Luís Polanah

FALANDO DE

DEMOGRAFIA HISTÓRICA...

♦Maria Norberta Amorim

FALANDO DE

PATRIMÓNIO...

Ribolhos - Ao findar do neolítico

♦Alberto Correia

INVESTIGADOR APRESENTA-SE

Antero Ferreira

♦Elisabete Pinto

APONTAMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

Bases de dados paroquiais e cruzamento nominativo

♦Antero Ferreira

editorial ■ Luís Polanah

Os Congressos de Medicina Popular em Vilar de Perdizes (Montalegre)

1. A persistência de processos de diagnóstico e tratamento de certas doenças ou sintomas de sofrimento físico, moral ou psíquico, onde mal chegava a medicina oficial, nem sequer a presença dum enfermeiro, era tratada por meio de rezas e invocações de forças espirituais (de natureza santificada ou misteriosa, malignas ou providenciais) sob a protecção de imagens sacralizadas pela bênção dum sacerdote. Representavam práticas rotineiras herdadas dos antepassados e duma habituação colectiva que o seu carácter tradicional sustentava.

2. O meio rural português permaneceu séculos imobilizado nas suas crenças e tradições, sem grandes alternativas na região para receber lufadas de progresso e civilização. Era ainda notório até há bem pouco de tempo este quadro de tradições nos meados do século passado, quando os estudos de antropologia cultural ganhavam lugar nas universidades portuguesas.

3. Também o simbolismo de velhos costumes no seio das populações camponesas resistia às surpreendentes transformações do mundo e suas desconcertantes descober-

tas acerca do homem e da vida, nos seus derradeiros limites.

4. Com frequência se fazia alusão ao apego do povo (em particular do habitante rural) às suas velhas tradições. Também se considerava que essa parte substancial da população nacional, laboriosa e humilde, era feliz na forma como vivia curvada ante a rotina das suas tradições comunitárias e familiares.

5. Desde o último quarto do século XIX e durante todo o século passado prevaleceu a convicção de que o homem rural não estava interessado em alterar a tradição de suas formas de cooperação e de trabalho compartilhado entre as famílias locais.

6. Politicamente, fora, no regime anterior, certamente conveniente não perturbar a estabilidade de velhos costumes populares que reflectiam a essência moral do povo português. Embora em muitas situações se reconhecesse que a rotina de suas vidas, pela aparente estabilidade, que oferecia, não respondesse, em muitos casos, aos desafios do mundo que se transformava a um ritmo imparável. O que fora útil e

Os Congressos de Medicina Popular

aprazível para os seus avós já, talvez, não servisse para superar os desafios de tempos modernos que avassalavam o mundo!

7. Mas nos diversos centros de poder (civil e religioso) não havia pressa em combater o analfabetismo, proporcionar graus de saber e liberdade de crítica, mudanças necessárias de interpretar a vida sem temor, com mais ousadia, cultura e habilitação técnica e profissional das populações nacionais.

8. Era, então, no século passado, voz corrente que o povo, fiel a um calendário de vida enraizado por varias gerações antepassadas, não acolhia com agrado mudanças que alterassem o quadro moral e religioso dos seus costumes. O emigrante que descobria condições de trabalho e vida superiores, no estrangeiro, não ousava pedir que o país dos seus antepassados adoptasse soluções idênticas de educação e progresso.

9. Para os problemas do seu quotidiano o “saber livresco” de pouco serviria ao povo, restando essa oportunidade para uma minoria de privilegiados. Mas a televisão era uma janela sobre o mundo e semeava insatisfações e desajustamentos locais nas famílias. Com isso, as comunidades rurais pressentiam a sua insegurança num futuro próximo e os poderes políticos reconheceram que já não era possível recuar e havia que aceitar os desafios dos tempos modernos...

10. A medicina científica mantinha-se, em grande parte, nas grandes cidades do país e preterida nos meios rurais e vilas do interior. Por sorte a sabedoria popular acumulara conhecimentos

tradicionais para o tratamento de suas doenças, angústias, depressões e outros males. Superava suas crises de saúde, pobreza e solidão, defendendo-se com objectos santificados, rezas, promessas e sacrifícios pessoais ou procissões...

11. Além disso as comunidades camponesas haviam sobrevivido graças ao talento dos seus especialistas profanos ou religiosos, locais ou regionais, manipuladores tradicionais de plantas, mezinhas, rezas, conjuros, etc. que provavam ser eficazes, principalmente quando aliavam suas receitas à devoção de imagens de uma santidade do agrado popular!

12. Mas quando, no regime anterior, os poderes públicos despertam para a responsabilidade de educar as massas populares e são constrangidos a abrir-lhes as portas do saber profano, certas categorias políticas e religiosas não mostraram grande entusiasmo pela medida. Alegava-se que o povo não estava preparado para ensaiar passos por veredas desconhecidas que não estavam inscritas nas suas tradições apenas serviriam para perturbar a sua tranquilidade moral.

13. O imobilismo moral de costumes e de ideias, a carência de meios de comunicação e instrução, haviam condenado as populações camponesas a sobreviverem na “jangada”² das suas tradições e dos seus recursos tradicionais. O destino para o povo era fruto de um decreto sobrenatural de que não se tinha uma explicação plausível.

14. Não obstante, transmitia-se para os documentos políticos e históricos, de geração para geração, a perversa denúncia de que as po-

pulações, ermadas no recesso de vales e montanhas, órfãs da civilização, eram elas mesmas felizes com a vida que levavam. Embora pedissem e nunca recusassem ver melhoradas algumas das suas condições de vida!

15. A sua rotina de vida e costumes, ofereceu aos estudiosos e políticos do século passado a convicção de quanto o camponês era apegado às suas tradições e relutante a mudanças que os ventos do progresso, porventura, quisessem impor. Esta fora uma tese indiscutível na época.

16. Esta visão quase edénica da vida camponesa ofuscou os primeiros estudos de antropologia cultural entre nós, introduzindo a convicção de que os povos do interior do país eram felizes vivendo devotados às suas tradições de fé, convivência e cooperação no trabalho, devotado às suas pontuais festividades profanas e religiosas.

17. O ermamento de suas vidas durante séculos acabara por conferir ao conjunto de famílias uma identidade local e regional inclusiva. As confrontações anuais com a “chega de touros”, por exemplo, serviam para marcar as suas diferenças ou rivalidades no plano das suas identidades, mas revitalizava, ritualmente, os laços de vizinhança, que os faziam membros de um todo regional e, por fim, nacional.

18. Quando os camponeses emigravam, muitos descobriam no país estrangeiro outras dimensões da dignidade humana, estradas de vida que punham à prova as suas aptidões físicas, morais e intelectuais, com vantagens materiais e morais que nunca lhes havia sido

Os Congressos de Medicina Popular

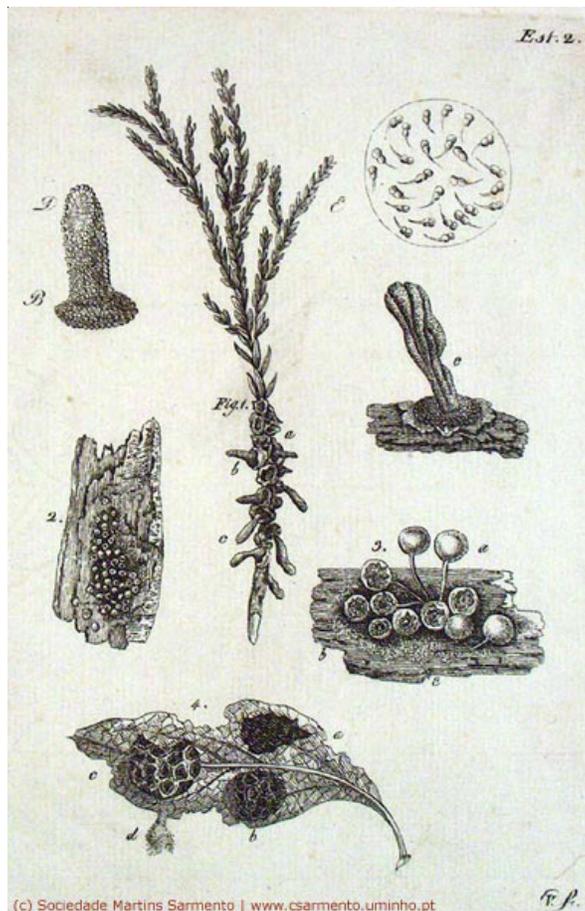
proporcionado no berço pátrio.

19. Certamente por virtude destes aspectos, no norte de Portugal, houve razão e oportunidade para os Congressos de Medicina Popular, instituídos por iniciativa do pároco de Vilar de Perdizes, Pe. António Fontes. Para alguns poderão eles ser tomados como um despropósito por se facultar visibilidade a uma categoria vilipendiada de impostores do povo, para mais por iniciativa dum sacerdote!

20. Talvez, por isso mesmo, sentisse este sacerdote o dever de chamar a atenção dos estudiosos e autoridades públicas e estudiosos nacionais para a sobrevivência dessas práticas exautoradas como falsas e supersticiosas. E sem dizê-lo pretendesse desafiar servidores do povo e servidores dos deuses a reflectirem sobre uma forma construtiva de encarar a situação sem mandar para o inferno ou para uma cadeia ninguém.

21. Podem representar para uns a rejeição da mudança de mentalidades e retenção duma sabedoria supersticiosa e devocional do passado. Mas para outros (e com mais razão) terão sido um desafio à reflexão dos especialistas de ciências sociais como também dos políticos e funcionários das coisas religiosas sobre as causas desse apego popular a crenças e práticas geralmente consideradas heréticas e falsas!

22. A suposta indisciplina do pároco de Vilar de Perdizes, ante as instituições oficiais e religiosas, terá representado algo de insólito



(c) Sociedade Martins Sarmento | www.csarmento.uminho.pt

to e provocador. Mas os mais moderados e democráticos poderão entender que já não vivemos os tempos em que as coisas desagráveis ou inconvenientes para os mais poderosos eram liminarmente abafadas.

23. A sociologia e a antropologia cultural são dois bons periscópios para compreender como o ser humano é criativo na superação dos seus sofrimentos e das desigualdades que aqueles geram...

24. A ocultação ou descredibilização de formas antigas e obsoletas de vencer a doença, curar perturbações do comportamento ou de propiciar êxito na vida, etc., usando a repressão ou a calúnia para desacreditá-las, já não parece ajustar-se aos novos

tempos em que a curiosidade de saber e a livre reflexão são apanágio dum estado democrático.

25. A participação de curandeiros nos Congressos, ao lado daqueles que analisam a psicologia de comunidades marginalizadas, representou uma oportunidade para reunir, no mesmo espaço, "especialistas" de tempos históricos e sociológicos diferentes. Profanos, heréticos e impostores, frente a frente ou de mãos dadas com os tidos como sábios, ao lado dos servidores dos deuses.

26. A iniciativa do pároco de Vilar de Perdizes abriria portas, assim, para uma maior visibilidade sociológica, cultural e política das regiões interioranas do país. Zonas onde ainda pairam categorias de marginalizados que se

dizem detentores de conhecimentos e poderes que ainda servem clientes oriundos das mais variadas camadas sociais.

27. Por estas razões pode-se concluir que, longe de os referidos Congressos de Vilar de Perdizes contribuírem para o obscurantismo das populações, suscitando a recuperação duma medicina popular (laico-religiosa) baseada apenas na mistificação e no logro, introduziram, pelo contrário, o compromisso de os estudiosos e responsáveis pela gestão nacional, aprofundarem o campo do sofrimento e bem-estar de comunidades humanas, territorialmente marginalizadas ou tradicionalmente descredibilizadas, não só no norte como em todo o território nacional, evidentemente! ■

O historiador aplica-se sobre a reprodução de comportamentos numa abordagem do tempo de desenho lógico. Até a um entrado século XX é difícil para o historiador da Família encontrar lógicas na reprodução das formas identitárias. Desde a minha aplicação sobre os registos paroquiais esse problema me fascina. Como se escolhiam os nomes, como se transmitiam os apelidos? A importância da moda na atribuição do nome do baptismo parece inegável, mas a diversidade dos apelidos em irmãos do mesmo sexo não colhe uma explicação imediata.

Para o período moderno e contemporâneo os registos paroquiais serão a fonte mais sistemática para o estudo da reprodução dos nomes e apelidos, mas outras fontes de origem civil, como as matrizes prediais, podem abrir-nos, de forma sistemática, o mundo fascinante das alcunhas.

Num estudo sobre a freguesia açoriana de S. João da ilha do Pico, cruzando sobre a base de dados demográfica fontes diversas, tive oportunidade mais uma vez de me debruçar sobre as formas identitárias e sua reprodução no tempo longo. Nos róis de confessados, os indivíduos adultos, não dependentes familiarmente (aos indivíduos dependentes não foram atribuídos apelidos), eram identificados pelo nome próprio e pelos apelidos, sem indicação de alcunhas. Também numa lista de eleitores de 1884 dispomos de nomes e apelidos dos recenseados, sem alcunhas. Em contrapartida na matriz predial da freguesia são raros os casos em que não foram atribuídas alcunhas

aos chefes de família, residentes ou mesmo já falecidos, quando referidos como maridos de viúvas proprietárias ou pais de proprietários solteiros.

As alcunhas eram de facto a forma mais corrente e expedita de identificar um indivíduo ou uma família, reproduzindo-se, em alguns casos, ao longo de várias gerações. Algumas alcunhas foram especificamente atribuídas a um indivíduo, mesmo havendo alcunha familiar transmissível. Nestes casos a nova alcunha podia ou não iniciar uma nova corrente geracional.

Iremos reproduzir aqui alguns resultados da nossa investigação sobre alcunhas e nomes de baptismo.

1. As alcunhas

É difícil definir um critério classificativo para as alcunhas referidas à população de S. João em 1883. Considerando as reflexões de Luís Polanah sobre o tema (2003:153-168), deduzi que em S. João as alcunhas se ligavam a habilidades ou actividades, uma ou outra vez ao sítio de residência familiar; ligavam-se a objectos e situações do quotidiano, às plantas, aos animais, ligavam-se a ca-

racterísticas físicas ou mentais dos indivíduos ou ligavam-se a algum episódio marcante, eventualmente caricato, da vida dos mesmos. As alcunhas podiam também ser diminutivos de nomes próprios que se haviam reproduzido, ou nomes ou apelidos atribuídos pela comunidade sem raiz familiar. Em outros casos o sentido da alcunha não é hoje compreensível, tanto mais que são frequentes as corruptelas, nem sempre identificáveis.

Embora algumas mulheres sejam referidas por alcunhas, nomeadamente quando mulheres solteiras e familiarmente isoladas, era entre os homens que as alcunhas tinham maior expressão.

1.1. Alcnhas masculinas derivadas de:

a) Habilidades e actividades episódicas ou de origem familiar:

Carcereiro; Capa Porcas; Capitãozinho; Engenheiro; Folião; Linheiro; Marrooeiro¹; Mata Carneiros e Sapateirinho.

b) Residência:

Lajido² e Caldeira³;

c) Nomes do quotidiano:

Albarca⁴; Algerós⁵; Balaia⁶; Balandrau; Bengala; Bigorna; Cancell; Carreta; Carroça; Charuto; Faleira; Fevereiro; Galocha; Guizo; Jantar; Lampião; Lancha; Latão; Maço; Marmita; Molho; Nevoeiro; Nordeste; Palheta; Papia; Pataco; Penique⁷; Queijo; Saca; Tostão e Vinagre.

d) Animais, vegetais ou minerais:

Anil; Bacalhau; Badejo; Bareja; Batata; Bodinho; Bogango; Burro; Cascalhinho; Cebola; Charrinho⁸; Coelho; Coelho; Faia; Fajão⁹; Ferro; Faneca; Figo Preto; Gatinho; Gato; Goraz; Grilho; Laranja; La-



ranjeira; Malagueta; Nabo; Pata; Pombinho; Pombo; Rato e Saramago,

e) Características físicas

Antigo; Bonitinho; Branco; Cabeçudo; Cadeirudo¹⁰; Cambado; Chagadinho; Delgado; Estreito; Gordo; Maneta; Moquenco; Narizinho; Pança; Penuja¹¹; Queimado e Surdinho.

f) Características mentais ou de carácter:

Arrenegado, Cheiria¹², Contente; Feliz; Frieza; Maganão; Matreiro; Nobreza; Pasmado; Pesadelo; Pexelinga¹³, Presado; Racional; Retorcido; Risona; Surumbato¹⁴, Velhaco; e Ventana.

g) Eventuais episódios ou situações marcantes, eventualmente caricatas:

Adivinha Chuva; À Um; Agoga; Apoja¹⁵, Babão; Baginha; Bem Vejamos; Bemzinho; Bicho Negro; Bispo; Bom Dia; Cacareja; Cacho Negro; Cadé Rei, Caiado; Cantinho; Cata Bicha; Chorão; Cochióla¹⁶; Coiveiro; Escascado¹⁷; Emjejum; Esgravata; Fifi; Fineza; Fraldão; Ganim¹⁸; Ganhado; Graneleiro; Lendiaço; Lindão; Manobra; Mata Braço; Maravilha; Meio Quartilho; Menino; Morte; Negra Mole; Padre Rato; Pão de

Milho; Parentesco; Pão por Deus; Papa de Sôro; Pracá; Pau da Burra; Pintado; Prendinha; Pinga; Pirata; Quartilho; Retelho; Riqueza; Ratado; Rei; Roubado; Salta Pires; Santo; Saperrato e Traçado.

h) Nomes ou apelidos (com ou sem diminutivos) atribuídos pela comunidade:

Barroso; Borba; Diogo; Faria; Frederico; Isac; Lázaro; Manézinho; Pascoal; Pimentel; Sabina; Salgado; Teixeira; Urraca; Venceslau; Vianina;

i) Sem significado conhecido:

Barrelo; Bedinho; Bisaroco, Bogelha; Bogueiro; Bozil; Buzicaco; Cancarola; Cánita; Caqueiro; Chibanão; Chubebo; Churrebio; Cochudo; Corêca; Dandão; Doeira; Esquinha; Facaia; Franquenezia; Gancha¹⁹; Graneleiro²⁰, Jacão; Lizinho; Luzio; Máhé; Mandunga; Mangelha; Maria do Céu; Natraia; Nócão; Passa do Senro; Patameiro; Patume; Pexito; Pissilé; Poinão; Pospega; Rochote; Rocló; Saçola; Satão; Sumeiro, Surrufaça; Tacão; Tatixa; Tixona; Zanguinho;

Algumas destas alcunhas são ainda no presente identificadoras das famílias, tendo sido ou não in-

tegradadas como apelidos. É o caso de Barroso; Bengala; Bigorna, Charrinho; Esquinha; Faia; Ganhado; Laranja; Pombo; Riqueza; Risona; Sapateirinho; Tacão; Tatixa; Teixeira (esta incorporada nos apelidos) e Tixona.

1. 2. Alcnhas femininas:

As alcunhas especificamente femininas que encontramos no mapa da matriz predial resumem-se a Bicha, Bucha; Gaga; Guiza; Marreca; Monica e Oleira. Em todos os casos se trata de mulheres desenraizadas, com filhos ilegítimos.

Sendo, em regra, o homem casado ou viúvo o detentor da propriedade, as mulheres figuram no mapa da matriz predial numa percentagem mais reduzida e a sua identificação faz-se pelo nome e por referência, como vimos, ao marido defunto ou ao pai defunto.

2. Os nomes de baptismo

Embora se trate de um fenómeno em todos os tempos sujeito à moda, antes de um entrada século XX a tradição comunitária e familiar tinham peso impor-

Quadro I
Os cinco nomes próprios masculinos mais escolhidos

1700-1749				1750-1799				1800-1849				1850-1899			
Ordem	Nomes	Nº	%												
1	Manuel	162	28	1	Manuel	196	27	1	Manuel	314	36	1	Manuel	227	35
2	António	95	17	2	José	176	24	2	José	176	20	2	António	98	15
3	José	90	16	3	António	122	17	3	António	125	14	3	José	98	15
4	João	56	10	4	Francisco	94	13	4	João	114	13	4	João	96	15
5	Francisco	52	9	5	João	56	8	5	Francisco	100	11	5	Francisco	67	10
Total		455	80	Total		644	89	Total		829	94	Total		586	90
Outros nomes		115	20	Outros nomes		83	11	Outros nomes		55	6	Outros nomes		62	10
Total Geral		570	100	Total Geral		727	100	Total Geral		884	100	Total Geral		648	100

tante na escolha do nome a atribuir a um recém nascido.

Analisámos para S. João em quatro períodos de cinquenta anos, de 1700 a 1899, as opções mais frequentes no que respeita a nomes próprios atribuídos no baptismo a crianças nascidas dentro do casamento.

2.1. Nomes masculinos

No que respeita ao sexo masculino verificamos que ao longo de duzentos anos os nomes de Manuel, António, José, João e Francisco foram os mais comuns, com Manuel sempre na primeira posição. O nome de António foi, logo a seguir, o mais popular no primeiro período e no último e o de José foi mais apreciado ente 1750 e 1849. João, que ocupava a quarta posição na primeira metade do século XVIII desceu para quinta posição no meio século seguinte trocando com o nome de Francisco. No século XIX a popularidade do nome de João volta a subir, situando-se sempre o nome de Francisco como quinta escolha.

Reparamos que esses cinco nomes mais comuns cobriam 80% das opções na primeira metade do século XVIII, passando no período seguinte para 89%, para atingir na primeira metade do século XIX os 94%. Na segunda metade desse século dá-se uma redução para 90%.

Para esse efeito contribui o hábito que se foi enraizando do primeiro filho a nascer, se do sexo masculino, ser chamado de Manuel, da repetição do nome, no caso do primeiro filho com esse nome ter falecido. De facto, na primeira metade do século XVIII a opção pelo nome de Manuel para o pri-



meiro filho legítimo atinge apenas 45% das opções, perfazendo com os restantes quatro nomes mais escolhidos 89% dos casos; na segunda metade desse século a escolha do nome de Manuel para primeiro filho já atinge os 52%, somando os cinco nomes mais escolhidos 94% das opções; na primeira metade do século seguinte, o primeiro filho, em 76% dos casos, chamou-se Manuel, cobrindo com os outros quatro nomes 96% das escolhas; finalmente, entre 1850 e 1899, nos mesmos 76% dos casos o primeiro filho chamou-se Manuel, mas o somatório dos cinco nomes mais vulgares queda-se nos 91%.

Será interessante verificar que outros nomes próprios se foram reproduzindo ou extinguindo dentro das famílias legítimas ao longo dos duzentos anos considerados.

Na primeira metade do século XVIII a sexta escolha foi para Domingos e Mateus, com 12 casos cada; Pedro, Sebastião e Tomé foram escolhido oito vezes, Matias, sete, Amaro e Lourenço, seis vezes cada, quatro vezes foram escolhidos Miguel e Vicente, três vezes, Alexandre, Nicolau e Tomás; duas vezes, Antão, Brás,

Bartolomeu, Bernardo, Gregório, Lucas e Silvestre; apenas uma vez encontramos André, Caetano, Calisto, Clemente, Estêvão, Inácio, Joaquim, Leandro, Simão e Veríssimo, num total de 38 nomes diferentes.

Na segunda metade de setecentos, Mateus continua a ser sexta escolha, com 12 casos, agora acompanhado por Joaquim; escolhido sete vezes foi o nome de Miguel, cinco vezes foram os nomes Do-

mingos e Pedro; André foi escolhido quatro vezes; Bartolomeu, Tomás e Tomé foram escolhidos três vezes cada; Alexandre, Filipe, Inácio, Lucas, Venceslau e Venero, duas vezes; apenas uma vez, os nomes de Agostinho, Bruno, Estolano, Gregório, Jacinto, Jorge, Lázaro, Leandro, Lourenço, Marcelino, Paulo, Policarpo, Raimundo, Silvestre e Teotónio, num total de 35 nomes diferentes.

Na primeira metade do século XIX, Joaquim foi o nome mais apreciado a seguir a Francisco, com 23 casos. Só com três casos encontramos Domingos e Mateus; duas vezes foram escolhidos Bento, Fortunato, Miguel, Pedro e Teotónio; apenas uma vez, Adão, Alexandre, Adriano, Bruno, Caetano, Elias, Feliciano, Felizberto, Gregório, Jerónimo, Jorge, Laureano, Leandro, Luís, Mariano e Tomás, reduzindo-se o leque de nomes para 30.

No último período observado vinca-se a distância entre os cinco nomes mais escolhidos e os restantes, abrindo-se o leque das opções. A sexta escolha foi para Cândido, Gabriel, Joaquim e Miguel, escolhidos três vezes cada; foram escolhidos duas vezes os nomes de Afonso, Agostinho, Alexandre,

Alfredo, Álvaro, Domingos, Filipe, Salvador e Venceslau; apenas uma vez encontramos os nomes de Abraão, Alberto, Aldino, André, Augusto, Carlos, Elias, Ernesto, Félix, Gil, Gregório, Guilherme, Henrique, Isauro, Januário, Júlio, Juvêncio, Laureano, Luís, Mariano, Mateus, Raimundo, Raul, Raulino, Ricardo, Roberto, Salvador, Teotónio, Tomás, Tomé, Urbano, Virgílio e Vitorino, num total de 50 nomes diferentes.

2.2. Os nomes de baptismo femininos

No que respeita às crianças do sexo feminino nascidas dentro do casamento, verificamos que o nome de Maria, que no século XVIII ocupava 37% das opções, subiu na primeira metade do século seguinte para 42%, atingindo 51% entre 1850 e 1899. Dois outros nomes, o de Isabel e o de Josefa, mantêm-se entre os cinco mais preferidos ao longo de toda a observação, enquanto os nomes de Teresa e Águeda, preferidos na primeira metade do século XVIII, são substituídos na segunda metade do mesmo século por Antónia e Ana. No século XIX a preferência por Ana mantém-se, mas o nome de Francisca coloca-se logo a seguir a

Maria na ordem das preferências.

Reparamos depois que, no sexo feminino, os cinco primeiros nomes mais escolhidos, apesar da preferência por Maria ser superior à preferência por Manuel, ocupam entre 65 e 68% das opções, deixando maior margem para outros nomes.

A percentagem elevada de crianças a quem foi posto o nome de Maria tem a ver com o hábito que se foi arreigando da primeira filha ser Maria e, para finais do século XIX tornar-se frequente várias filhas de uma mesma família serem baptizadas com o nome de Maria, com um sobrenome identificativo aplicado depois, mas não registado no baptismo.

De facto, enquanto na primeira metade do século XVIII só 29% das escolhas de nome para a primeira filha nascida recaía sobre Maria, na segunda metade do século a percentagem sobe para 44%, no período seguinte sobe para 57%, colocando nos 61% na segunda metade do século XIX. Os outros quatro nomes mais escolhidos não o foram especialmente para a primeira filha nascida. O somatório desse nomes no primeiro período coloca a percentagem nos 7%, no segundo período, nos 5%, no ter-

ceiro, nos 3% e no último período, em apenas 2% das opções.

De facto, foi-se abrindo mais o leque de opções para as crianças que nasciam. Na primeira metade do século XVIII, o nome de Ana já foi escolhido 22 vezes; o nome de Catarina, 18; o de Antónia e o de Rita, 14; o de Rosa, 12; o de Luzia, 11; o de Domingas, 7; o de Francisca, 6; o de Bárbara, o de Leonarda e o de Úrsula, 5; o de Beatriz e o de Inês, 4. Foram escolhidos três vezes os nomes de Clara, Helena, Jacinta e Quitéria; duas vezes, os nomes de Filipa e Micaela; apenas uma vez os nomes de Ângela, Brígida, Esperança, Iria, Marta, Mécia, Perpétua, Sabina e Vitória, num leque de 34 nomes, um pouco mais apertado do que o do sexo masculino.

Entre 1750 e 1799, o nome de Francisca vai ocupar a sexta posição, sendo escolhido 27 vezes, seguindo-se Catarina, com 23. O nome de Rosa foi escolhido 14 vezes; Águeda, 12; Bárbara e Luzia, 11; Teresa, 10; Genoveva, 8; Rita, 7. Bernarda, Joaquina e Úrsula foram nomes escolhidos 6 vezes; Luísa, 5 vezes; Joana e Quitéria, 4 vezes. Encontramos três vezes os nomes de Filipa, Inácia, Inês, Iria,

Quadro II

Os cinco nomes próprios femininos mais escolhidos

1700-1749				1750-1799				1800-1849				1850-1899			
Ordem	Nomes	Nº	%	Ordem	Nomes	Nº	%	Ordem	Nomes	Nº	%	Ordem	Nomes	Nº	%
1	Maria	160	37	1	Maria	223	37	1	Maria	329	42	1	Maria	326	51
2	Teresa	37	8	2	Antónia	57	10	2	Francisca	52	7	2	Francisca	36	6
3	Isabel	31	7	3	Josefa	46	8	3	Josefa	48	6	3	Isabel	35	6
4	Josefa	29	7	4	Ana	40	7	4	Isabel	43	5	4	Ana	18	3
5	Águeda	28	6	5	Isabel	33	6	5	Ana	40	5	5	Josefa	15	2
Total		285	65	Total		399	67	Total		512	65	Total		430	68
Outros nomes		153	35	Outros nomes		198	33	Outros nomes		274	36	Outros nomes		205	32
Total Geral		438	100	Total Geral		597	100	Total Geral		786	100	Total Geral		635	100

Jacinta e Laureana; duas vezes, os nomes de Anastácia, Clara, Emerenciana, Felícia, Gertrudes, Margarida e Teodora; apenas uma vez os nomes de Balbina, Benedita, Brígida, Delfina, Florência, Leonarda, Madalena, Mariana, Narcisa, Perpétua, Veridiana e Vitória, alargando o leque para 45 nomes diferentes.

Na primeira metade do século XIX o nome de Antónia ocupa a sexta posição com 32 escolhas, seguindo-se o de Rosa, com 30, o de Luzia, com 27, o de Catarina, com 21, e o de Rita, com 19. Os nomes de Bernarda, de Luísa e de Mariana foram escolhidos 13 vezes; os de Perpétua e Úrsula, 10 vezes. O nome de Joaquina foi escolhido 7 vezes; os de Inácia, Inês e Teresa, 6 vezes, o de Clara, 5. Quatro vezes escolhidos foram os nomes de Águeda, Anastácia e Genoveva; três vezes, os nomes de Constância, Elisa, Felicidade, Filomena, Laureana e Tomásia; duas vezes, os de Emília, Escolástica, Filipa, Florinda, Joana e Miquelina; apenas uma vez, os nomes de Bárbara, Benedita, Brígida, Cândida, Esperança, Eugénia, Gertrudes, Hilária, Iria, Jacinta, Matilde, Narcisa, Paulina e Senhorinha, num total de 49 nomes diferentes.

No último período observado, apesar do domínio do nome de Maria, diversifica-se ainda mais o leque de opções para a atribuição dos nomes femininos, com 78 nomes diferentes. O nome de Luzia foi o sexto nome mais escolhido, com 14 preferências e Filomena, o sétimo, com 13 preferências. Antónia, Luísa e Úrsula foram nomes escolhidos nove vezes; o de Rita e o de Rosa, oito; o de Amélia e o de Catarina, sete; o de Anastácia, o de Inácia e o de

Mariana, seis; o de Inês e o de Leonor, cinco; o de Brígida, o de Carolina, o de Clara, o de Júlia, o de Perpétua e o de Teresa, quatro; o de Bárbara e o de Carlota, três; o de Angelina, o de Cândida, o de Clotilde, o de Cristina, o de Emília, o de Filipa, o de Gertrudes, o de Jacinta, o de Rosalina e o de Virgínia, foram escolhidos duas vezes. Apenas uma vez aparecem os nomes de Adelaide, Adelina, Aldina, Alice, Augusta, Balbina, Celestina, Clarisse, Constância, Cristiana, Elisa, Emerenciana, Engrácia, Escolástica, Evelina, Felicidade, Felizarda, Felizbela, Georgina, Geraldina, Germana, Glória, Guilhermina, Iria, Isaura, Jesuina, Joaquina, Leonarda, Leónia, Leopoldina, Libânia, Lucrecia, Mafalda, Matilde, Palmira, Silvana, Tomásia, Vicência, Violante e Zulinda.

Se considerarmos depois os filhos nascidos fora do casamento, de mãe conhecida, verificamos que, no primeiro período, o nome de Manuel foi escolhido em 42% dos casos; no segundo período, em 60%; no terceiro, em 67% e no último período, em 64%.

No caso das crianças do sexo feminino então consideradas ilegítimas, na primeira metade do sécu-

lo XVIII o nome de Maria foi escolhido em 67% dos casos, no segundo período em 79% dos casos, no terceiro, em 72%, e no último, em 90%.

Se se considerar a tradição do primogénito ser Manuel e da primogénita ser Maria, a maior percentagem de filhos naturais com esses nomes em relação aos legítimos pode resultar simplesmente do facto das maternidades repetidas serem menos frequentes entre as mulheres não casadas.

Referência: Polanah, Luís, *Olhares sobre a vida camponesa. Estudos e Reflexões de Antropologia Social*, NEPS, 2003. ■

NOTAS

- ¹ O que bate com marrão?
- ² Um dos sítios de residência da Companhia de Baixo.
- ³ Um dos sítios de residência da Companhia de Baixo, sem ser seguro que a alcunha tenha derivado da residência no mesmo.
- ⁴ Calçado corrente constituído por um retângulo de sola unido à frente e atrás para segurar o pé e preso aos tornozelos por correias.
- ⁵ Algeroz?
- ⁶ Cesto baixo com tampa e sem asa.
- ⁷ Possível corruptela de penico.
- ⁸ Possível corruptela de Chicharrinho.
- ⁹ Possível corruptela de feijão.
- ¹⁰ Possível deformação no tronco.
- ¹¹ Corruptela de penugem?
- ¹² Corruptela de cheira, no sentido de pessoa intrometida?
- ¹³ Possível corruptela de pichelingue.
- ¹⁴ Possível corruptela de sorumbático.
- ¹⁵ Que lambe o último leite das vacas após a ordenha.
- ¹⁶ De cochilar?
- ¹⁷ Possível corruptela de descascado.
- ¹⁸ De ganir?
- ¹⁹ De gancho?
- ²⁰ Não sabemos se se relaciona com granel.





NOME: *João Antero Gonçalves Ferreira*

IDADE: *40 anos*

NATURALIDADE: *Guimarães*

PROFISSÃO: *Professor do Ensino Secundário. Director do Centro de Formação Bráulio Caldas*

Persistência e dedicação à descoberta do passado

O contacto com os arquivos foi uma experiência quase laboratorial no percurso científico de João Antero Ferreira. Revela que o interesse pela história resultou da opção pela licenciatura em "História e Ciências Sociais", na Universidade do Minho. "Foi sem dúvida fundamental para a minha formação", indica, fazendo questão de vincar que "o alargamento do programa do curso a outras ciências sociais, particularmente à Sociologia e à Antropologia, foi, também, determinante para a construção de uma perspectiva global da História; ainda durante a licenciatura ficou claro para mim que a minha área de interesse era a história moderna e contemporânea".

Após a conclusão da licenciatura, surgiu a ligação profissional ao ensino. Situação que actualmente o leva a dizer: "considero-me mais um professor de história do que um investigador - até pelo tempo dedicado a cada uma das actividades".

No entanto, não esconde que "a frequência do mestrado em História das Populações surgiu naturalmente, após ter atingido alguma estabilidade profissional, como uma oportunidade de complementar a minha formação científica e de desenvolver um projecto de investigação na área da Demografia Histórica e da História da Família". Confessa que sen-

tiu uma grande atracção pelo "trabalho com os registos paroquiais, que já tinha iniciado durante a licenciatura, quer pelo prazer que retirava na sua leitura e no cruzamento da informação, quer pela possibilidade de reconstruir o percurso de vida do homem anónimo".

É dessa devoção aos documentos que nasce a investigação de João Antero Ferreira, incidindo o seu trabalho em duas vertentes: "uma metodológica, ligada à Informática, explorando as possibilidades das novas tecnologias no tratamento da informação disponibilizada pelas várias fontes que utilizo na 'reconstituição de paróquias'; outra linha de investigação está ligada à História da Família".

Deste modo, a sua tese de mestrado reflecte exactamente esta dupla dimensão. O investigador apresentou, por um lado, uma contribuição para o aperfeiçoamento da base de dados utilizada na recolha e tratamento da informação, tendo desenvolvido um protótipo de uma aplicação para recolha, organização e tratamento da informação paroquial que permite também o cruzamento dessa informação com a existente noutras fontes nominativas. Com recurso a esta aplicação pode-se desenvolver um estudo, na longa duração, das estratégias de reprodução social utilizadas pelas

famílias de S. João das Caldas no período compreendido entre 1600 e 1910.

Volvida essa etapa académica, João Antero Ferreira iniciou uma investigação centrada na cidade de Guimarães, no âmbito da História da Família. "Encontro-me ainda numa fase inicial, exploratória, em que me preocupa, acima de tudo, o analisar o relacionamento das famílias com o espaço, nomeadamente a sua mobilidade, ao longo de várias gerações, entre o século XVIII e o século XX", adianta o professor de História, na Escola Secundária de Caldas de Vizela, embora actualmente também desempenhe as funções de Director do Centro de Formação de Vizela.

Como os outros investigadores tem o tempo como adversário, apesar da sua análise centrar-se na área de Guimarães, onde há a "felicidade de dispor de um óptimo arquivo, não sendo necessário efectuar grandes deslocações".

Habitado aos contratemplos característicos da actividade científica no domínio da história, reflectindo sobre a sua experiência, João Antero Ferreira salienta que "há momentos em que pensamos que o nosso trabalho não tem valor, tal a sua reduzida expressão... Contudo, estou cada vez mais convencido que a ciência avança com estas modestas contribuições. São as nossas modes-

Bases de dados paroquiais e cruzamento nominativo

1. BASES DE DADOS PAROQUIAIS

E CRUZAMENTO NOMINATIVO

Com o estudo da paróquia de Rebordãos no Nordeste transmontano Norberta Amorim iniciou a formulação de uma metodologia de exploração de registos paroquiais adaptada à realidade portuguesa (Amorim, 1973). Se as especificidades das fontes portuguesas, particularmente a irregularidade na transmissão dos apelidos, forçaram algumas opções originais, o maior contributo desta metodologia é, claramente, o enfoque no indivíduo. Ao contrário da metodologia francesa que se centrava na história reprodutiva de cada casal, procurou desde o início reconstituir as famílias em encadeamento genealógico e com o trabalho *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico* (Amorim, 1992), começou a acompanhar o percurso de vida de cada indivíduo dentro de uma comunidade ou de uma região mais ou menos alargada, identificando-o a partir da sua inserção familiar.

A este propósito recordemos uma curiosa afirmação de

Dupâquier, em *Pour la Démographie Historique*, perfeitamente ajustada ao raciocínio que atrás desenvolvemos: “L’ étude n’est nominative qu’au stade de dépouillement et de la constitution des fiches de famille. Une fois opéré le couplage des données, ces fiches ne constituent plus que des unités statistiques; elles sont traitées alors comme des éléments de base anonymes et indépendants les uns des autres.» (Dupâquier, 1984: 120)

A metodologia de reconstituição de paróquias permitiu-nos ultrapassar este paradoxo. Partindo do cruzamento dos registos de baptizados, casamentos e óbitos, ela tem como último objetivo acompanhar o percurso de vida de cada residente em encadeamento genealógico. As bases de dados assim constituídas são passíveis de cruzamento com qualquer outro tipo de fonte nominativa que aos mesmos indivíduos se reporte.

Esta evolução metodológica não pode ser dissociada da evolução da tecnologia informática que permite o tratamento dos grandes volumes de informação envolvidos. As

actuais potencialidades dos Sistemas de Gestão de Bases de Dados Relacionais possibilitam um maior rendimento do trabalho e tornam o historiador demógrafo mais ambicioso, levando-o a romper com as barreiras cronológicas tradicionais da disciplina ao permitir-lhe alcançar nas suas investigações o presente das comunidades em análise. Por outro lado, abrem estimulantes perspectivas para o cruzamento inter-paroquial, tendendo para a formação de uma base de dados central.

Estas bases de dados que temos entre mãos, forçosamente com as suas lacunas, têm uma imensa virtualidade: representam uma sólida base de trabalho, onde estão identificados a maioria dos indivíduos de uma comunidade, capturados em alguns dos seus actos vitais, com a reconstituição de grande parte dos seus laços familiares. Temos em mão um *puzzle* onde faltam muitas peças, mas onde se começa a entrever uma imagem. Onde vamos procurar o resto das peças? Como as identificamos? A chave está no nome, no cruza-

Persistência e dedicação

tas pesquisas que dão solidez ao conhecimento global e, muitas vezes, fornecem as bases para a sua revisão. Acima de tudo, os estudos locais vêm, pela sua diversidade, recriar a complexidade do real, tantas vezes exageradamente simplificada pelas teorias. Por outro lado, estes estudos têm uma importância imediata que não se pode descurar: as comunidades têm a sua história, o seu passado e que-

rem conhecê-lo! Nem que seja por isso, para este público, o nosso trabalho é muito importante e será valorizado. A recomendação é, portanto, persistir!”

Com efeito, a persistência e a dedicação desinteressada ao conhecimento do passado levam João Antero Ferreira a ter como maior ambição “dispor de mais tempo para a investigação... Invejo os trabalhos daqueles eruditos vimezanenses como

Martins Sarmiento, Alberto Sampaio, o Abade de Tagilde e tantos outros, pela “placidez” do tempo em que viveram e pelos meios que dispunham, que lhes permitiu dedicarem uma vida à cultura e à investigação. A nós resta-nos aguardar pelo tempo da aposentação, cada vez mais perto e mais longe, para realizarmos as nossas secretas ambições... Isto, claro, se ainda nos restarem forças!” ■

Bases de dados paroquiais e cruzamento nominativo

mento nominativo.

Na medida em que o indivíduo que descobrimos nos registos paroquiais, algum dia pagou um imposto, fez um testamento ou uma doação, foi julgado em processo civil ou religioso, ocupou qualquer cargo na administração da sua comunidade, solicitou um passaporte, participou em alguma eleição ou prestou serviço militar, o seu nome vai surgir em qualquer uma destas fontes. E quando surgir esse nome, essa referência, provavelmente vai-nos fornecer informações que não existiam no registo paroquial: a sua profissão, os seus rendimentos, o seu comportamento moral e cívico, até simplesmente que estava vivo em determinada data.

Estas pequenas descobertas tem um valor intrínseco, alguma informação sobre um indivíduo, por menor que seja... Mas não passam de pequenas peças de um puzzle... Ao encaixá-las na base de dados que constituímos passam a valer muito mais, ganham novos sentidos por pertencer a um conjunto e dão novos sentidos a esse conjunto!

2. ESTUDO DE CASO

Apresentamos um ensaio de cruzamento de fontes nominativas no século XVIII para a paróquia da Oliveira, na cidade de Guimarães. As fontes que utilizamos neste trabalho, para além da base de dados paroquial constituída por Norberta Amorim em 1983, foram os róis de confessados e o rol da décima das propriedades da freguesia da Oliveira do ano de 1799.

O rol de confessados é uma lista de todos os residentes na paróquia com idade superior a 7 anos, distribuídos pelos fogos a que per-

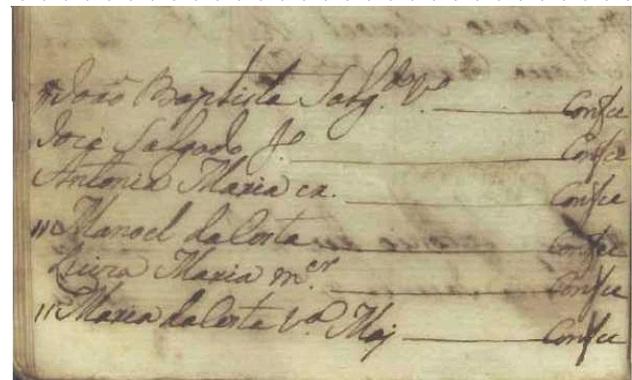
tenciam e organizada por ruas e lugares. Era realizada pelo pároco por altura da Quaresma, com o objectivo de registar o cumprimento dos preceitos religiosos associados a este importante período do calendário religioso católico. Encontramos nesta lista os nomes completos dos indivíduos casados ou viúvos e dos solteiros isolados ou cabeças de fogo. Os dependentes solteiros são identificados apenas pelo seu nome próprio. Os membros da família são sempre apresentados hierarquicamente em relação ao indivíduo cabeça de fogo. Trata-se de uma fonte privilegiada para a História da Família já que nos permite alcançar com muito rigor a composição da unidade familiar e a sua localização espacial.

Na análise desta fonte, a maior dificuldade do investigador é identificar o que o redactor paroquial entende por "fogo". Em análises anteriores já se alertou para a incorrecção que implicava estudar a estrutura familiar através dos róis de confessados, anteriores ao último quartel do século XIX, sem identificar as famílias e sem considerar como co-residentes parentes próximos referidos a fogos contíguos (Amorim, 1995). Habitualmente o pároco qualificava como fogo a unidade

contributiva e não a unidade de residência, pois verificou-se que famílias que nos apareciam em *fogos* separados viveriam, muito provavelmente, em comunhão na mesma residência (Ferreira, 2001). No caso em análise neste trabalho, graças ao rigor do redactor paroquial, encontramos a fonte organizada por unidade de residência, sendo possível distinguir as várias unidades contributivas nos casos em que co-existem duas ou mais.

Verificamos que o redactor, pelo menos no período analisado, identifica com um sinal único [#] o "chefe de família" e nos casos em que outras unidades contributivas partilham a mesma

FIG. 1
ROL DE 1799



QUADRO I
COMPOSIÇÃO DO FOGO DA FIG. 1

Nº	Sinal	Nome	Estado Civil	Parentesco
1.1	#	João Baptista Salgado	Viúvo	
1.2		José Salgado	Solteiro	Filho do 1
1.3		Antónia Maria	Solteira	Criada
2.1	"	Manuel da Costa	Casado	
2.2		Luísa Maria	Casada	Mulher
3.1	"	Maria da Costa	Viúva	Mãe do 4

Bases de dados paroquiais e cruzamento nominativo

residência (sejam famílias ou indivíduos isolados) identifica-os com um sinal diferente [“], que se pode repetir. Analisemos o exemplo da Fig. 1.

Encontramos aqui uma unidade de residência composta por três unidades contributivas.

Cada unidade, como podemos observar, é destacada por um sinal na margem esquerda: [#] que identifica o “chefe de família” e [“] para os restantes “chefes secundários”. Trata-se claramente de um agregado múltiplo, uma unidade de co-residência, em que não conseguimos estabelecer, pelo menos nesta fase da investigação, laços familiares entre a unidade 1 e 2, embora seja clara a relação existente entre a unidade 2 e a 3.

Esta realidade permite-nos ultrapassar, neste estudo, a polémica recorrente sobre o que o investigador entende por fogo. Assim, identificaremos como fogo a unidade de residência que pode, em diversos casos, agregar mais que uma família, nem sempre aparentada.

O rol da décima das propriedades do ano de 1799, da paróquia de Oliveira, tal como o rol de confessados, está organizado por ruas e lugares, apresentando-nos uma lista de casas e propriedades, indicando o nome do titular da propriedade e por vezes a sua profissão, o nome do indivíduo que efectivamente ocupa a propriedade, a sua profissão e o valor da décima a cobrar.

Estas informações são fundamentais, porque raras, neste período. Os registos paroquiais não indicam as profissões dos indivíduos, o mesmo acontecendo com os róis de confessados o que traz grandes limitações às tentativas de análise social. A própria indicação do valor a pagar pela décima pode também ser útil na caracterização sócio-económica dos agregados.

Infelizmente a identificação dos indivíduos, particularmente dos que ocupam as propriedades, não é muito completa. As maiores dificuldades surgem quando, na lista da décima, os indivíduos não eram identificados pelo seu nome mas por uma determinada relação de parentesco (por exemplo: *viúva de, herdeiros de, etc.*), ou nem sequer era identificado o nome (por exemplo: *um homem, mulheres, etc.*).

A PARÓQUIA DA OLIVEIRA NA CIDADE DE GUIMARÃES DO SÉCULO XVIII

O estudo que aqui apresentamos, é uma primeira abordagem a um projecto de investigação que pretendemos levar a cabo sobre a cidade de Guimarães. Trata-se de um resultado das primeiras “sondagens” de descoberta e de exploração das fontes que dispomos para o século XVIII, centradas na paróquia de Nossa Senhora da Oliveira [Oliveira], a mais antiga da cidade e à volta da qual ela se foi desenvolvendo.

A partir de uma base de dados demográfica com todas as paróqui-

as do centro urbano entre 1550-1820 (Amorim, 1987), decidimos ensaiar a exploração de outras fontes que nos possibilitassem, para o final do século XVIII, possibilidades de cruzamento nominativo, de modo a enriquecer o conhecimento que já possuíamos sobre os indivíduos e famílias deste período e a perspectivar outras possibilidades de análise desta comunidade.

Constituímos uma base de dados a partir do levantamento dos róis de confessados de 1794 e 1799. De seguida tentamos cruzar os indivíduos listados no rol da décima com o rol de confessados do mesmo ano. Encontramos uma elevada correspondência entre as duas listas: identificamos um grande número de “chefes de família” na lista da décima e praticamente na mesma sequência em que apareciam os fogos no rol de confessados. Pelo contrário, não encontramos nenhum “chefe secundário” nesta lista, o que vem comprovar a nossa hipótese inicial de que estes indivíduos e as células familiares que chefiavam viviam em co-residência com o “chefe de família”. No total conseguimos detectar 154 “chefes de família” em 361 fogos existentes no rol. Este cruzamento permitiu-nos completar a informação referente às suas profissões e registar o valor que era atribuído a cada propriedade.

Tentamos, de seguida, identificar as várias unidades familiares na base de dados demográfica, de modo a completar um outro tipo de informação: datas de nascimento, casamento e óbito, relações de parentesco, identificação dos filhos menores de 7 anos, etc. Conseguimos, nesta fase, efectuar a identificação inequívoca de 98 famílias. A perspectiva transversal

FIG. 2 - ROL DA DÉCIMA DE 1799

N.º 35. João Luis delnasto Barbeiro portador em g. mora Martinho oficial de penteiro cento e noventa e cinco 1799

Bases de dados paroquiais e cruzamento nominativo

transmitida pelo rol de confessados não nos permite alcançar o ciclo de vida familiar, pelo que se torna difícil a identificação dos indivíduos, ainda para mais, tendo em conta a especificidade das fontes portuguesas, onde não encontramos regras claras na transmissão dos apelidos. Só o alargamento da análise a uma série mais prolongada de róis de confessados, nos permitirá alcançar uma maior taxa de identificação (Amorim, 1995).

O cruzamento de toda esta informação permite-nos apresentar uma fotografia deste núcleo da cidade de Guimarães, para o final do século XIX (ver Figura 3). No que respeita à distribuição espacial dos fogos três zonas se destacam: **Arcela, Cano e Sta. Cruz** (extramuros) com 119 fogos (32,96%); **Rua de Sta. Maria e Praça de Nossa Senhora** (núcleo principal intramuros) com 61 fogos (16,9%); **Rua Nova** (rua secundária intramuros) com 49 fogos (13,57%). Se analisarmos o número de indivíduos por rua, destacam-se claramente a Rua de Sta. Maria e a Rua Nova, respectivamente com 263 e 217 indivíduos. Na Rua de Sta. Maria encontramos uma dimensão média por fogo (6,89) duas vezes superior à da Rua da Arcela (3,09), o mesmo acontecendo, pese embora a sua pequena dimensão, na Rua dos Mercadores. Nesta perspectiva a Rua

Nova ocupa uma posição intermédia.

Em termos globais, nos 361 fogos analisados encontramos uma população registada de 1522 indivíduos, 656 homens e 866 mulheres, o que dá uma média de 4,22 indivíduos por fogo.

Comparando com resultados anteriores (Amorim, 1995) verificamos um aumento da população e a conservação da tendência, já antes verificada, do predomínio do sexo feminino sobre o masculino. Podemos verificar no Quadro III que esta tendência se verifica em quase todas as ruas, com a excepção significativa da Rua dos Mercadores, da Tulha e do Eirado do Forno. Na Tulha, por exemplo, dos oito fogos existentes, identificamos quatro como chefiados por ourives e um por um comerciante; na Rua dos Mercadores dos dezassete fogos, identificamos três como ourives e outros três como comerciantes. É surpreendente a alteração verificada na Rua de Santa Maria que, anteriormente, emparelhava com a rua dos Mercadores e agora apresenta um dos valores mais baixos relativamente ao número de homens.

Este desequilíbrio entre os sexos está associado à elevada emigração masculina característica do Norte de Portugal, uma resposta necessária face à pressão demográfica numa zona de mortalidade bastante suave (Amorim, 1999). Esta saída dos homens

QUADRO III
N.º DE INDIVÍDUOS POR RUAS

Ruas e Lugares	MASC	FEM	Relação de Masculinidade
Arcela e Cano	65	102	64
Oliveiras	56	72	78
Sta. Cruz	24	54	44
Canto	3	3	100
Sardoal	3	2	150
Quinta	1	2	50
Rama	1	4	25
Calçada	2	1	200
Sabugal	11	15	73
Rua da Infesta	29	30	97
Rua de Sta. Maria	95	167	57
Praça de N. Sra.	40	51	78
Rua do Postigo	14	18	78
Rua Nova	101	116	87
Eirado do Forno	25	22	114
Tulha	18	15	120
Rua de Donões	35	44	80
Rua dos Mercadores	60	54	111
Rua Escura	12	15	80
Praça de S. Tiago	55	68	81
Boticas	5	7	71
Agoutes	1	4	25
Total	656	866	76

em direcção às grandes cidades do Porto e de Lisboa e muitas vezes para o Brasil, tem reflexos ao nível da composição do agregado familiar, com uma percentagem significativa de fogos chefiados por mulheres, casadas ou solteiras, e na elevada ilegitimidade verificada nesta região do Norte de Portugal (Neves, 2001).

No que diz respeito à estrutura familiar por fogo verificamos que há um predomínio dos agregados familiares simples (47%) no conjunto da paróquia. É significativa a percentagem de pessoas isoladas (16%) das quais os solteiros representam 56% do total, sem grande desequilíbrio entre homens e mulheres. Parece-nos também muito significativo o elevado número de agregados múltiplos sem relação de parentesco evidente (11,1%).

A partir do número médio de criados por fogo elaboramos a seguinte classificação das ruas: *nível baixo*, correspondente a menos de 1 criado por cada dois fogos; *nível*

QUADRO II

POPULAÇÃO REGISTADA NOS RÓIS DE CONFESSADOS¹

Anos	Homens	Mulheres	Total	Relação de Masculinidade
1740	633	745	1378	85
1745	567	700	1267	81
1750	569	706	1275	81
1755	536	698	1234	77
1760	514	709	1223	72
1794	635	812	1447	78
1799	656	866	1522	76

Bases de dados paroquiais e cruzamento nominativo

médio, até um criado por fogo; *nível elevado*, mais do que um criado por fogo. Comparando com uma classificação anterior (Amorim, 1992:36) verificamos alguma alteração social ao nível do espaço urbano da paróquia. Acentuou-se o declínio de ruas onde se situavam antes grandes casas senhoriais, como a Rua Escura e a rua de Donães, o mesmo acontecendo com a Praça de Nossa Senhora. Em contrapartida assistimos a um crescimento da importância da Rua da Infesta, na continuação da Rua de Santa Maria. Validamos esta classificação, cruzando-a com o valor médio da décima por cada rua, tendo obtido uma hierarquia equivalente.

famílias que vivem em conjunto na mesma residência embora, aparentemente, não existam laços de parentesco entre os seus membros (10,7% e 15,1%). São certamente indicações das dificuldades de sobrevivência destas famílias. Por um lado a ausência dos cônjuges que denuncia situações de emigração, por outro, o número de agregados em que há convivência na mesma unidade de residência de famílias não aparentadas, indício de tentativa de aliviar as despesas com a habitação.

Reparemos em alguns exemplos:

Fogo nº 7 - Rua da Arcela

Neste fogo reside Águeda Francisca, solteira, numa casa pela

Maria, viúva, com a sua filha Maria Clara e Cipriano, enjeitado, menor. Ainda na mesma residência vive Francisco José e a sua mulher Maria Josefa, juntamente com o seu filho menor; Manuel.

No *nível elevado* destacaríamos o peso dos *"agregados não conjugais"*, e dos *"agregados com alargamento colateral"*, relacionados com a presença do clero e da nobreza nesta zona.

Fogo nº 167 - Rua de Santa Maria

Neste fogo reside António Machado, padre sacristão, com a sua irmã D. Quitéria Machado, com um sobrinho, e três criados.

Fogo nº 150 - Rua de Santa Maria

Neste fogo reside Luís António de Meneses, casado com D. Ana Maria. Têm uma filha, D. Francisca Norberta, reside com eles uma cunhada, D. Joana Luísa e três criados. Paga de décima 540 réis.

Fogo nº 155 - Rua de Santa Maria

Neste fogo reside José de Freitas do Amaral, casado com Antónia Genoveva. Segundo o rol não têm filhos, mas a consulta da base de dados paroquial permite-nos saber que já tiveram 3 filhos: Maria, nascida em 1794, Manuel Freitas, nascido em 1797 e Ana Margarida que tinha nascido no dia 1 de Janeiro de 1799. Residem com eles cinco criadas e 4 criados.

Na Tulha de oito fogos dois pertencem a irmãos, ambos mestres ourives. Já não encontramos tantas referências a criados, surgindo no agregado aprendizes e oficiais, que compartilham a residência com o mestre.

Fogo nº 290- Tulha

Neste fogo reside João Manuel da Silva e José Fernandes da Silva, irmãos, mestres ourives. Com eles

QUADRO IV

CLASSIFICAÇÃO DAS RUAS DE ACORDO
COM A MÉDIA DE CRIADOS POR FOGO

Níveis	Ruas e Lugares	Nº de Fogos	Média de Criados por fogo	Média de Indivíduos por fogo
Elevado	Rua de Sta. Maria Rua dos Mercadores Tulha	63	<1	6,49
Médio	Rua da Infesta Praça de Nossa Senhora Rua Nova Rua Escura Praça de S. Tiago	119	> 1	4,34
Baixo	Rua de Donães Santa Cruz Boticas Eirado do Forno Rua do Postigo Sabugal Oliveiras Arcela e Cano	169	< 0,5	3,37

Analisando agora a estrutura familiar de acordo com esta classificação, pudemos verificar que só no *nível baixo* encontramos *"mulheres solteiras com filhos"* e *"casados com filhos e cônjuge ausente"*. É também neste grupo que encontramos o valor mais elevado de *"casados com cônjuge ausente"*. Tanto no *nível baixo* como no *nível médio*, encontramos um número muito significativo de *"agregados múltiplos sem relação de parentesco conhecida"*,

qual Domingos de Morais, contratador de meias e talagarças, paga 105 réis de décima. Este Domingos de Morais reside na mesma rua, no fogo 25, com a mulher, cinco filhos e um outro indivíduo solteiro sem parentesco. Paga 1028 réis de décima por 7 casas, uma das quais aquela onde reside.

Fogo nº 78 - Oliveiras

Neste fogo reside Custódia Maria, casada, com o marido ausente. Na mesma residência vive Quitéria

Bases de dados paroquiais e cruzamento nominativo

reside um oficial, António José da Silva, e um aprendiz menor de nome João.

Se recordarmos que em Guimarães, neste período, 24% dos fogos são chefiados por mulheres, será curioso aprofundar esta análise à luz da classificação que anteriormente apresentámos. Nas zonas mais humildes, *nível baixo*, o peso das mulheres na chefia do fogo é maior, 32%, com um predomínio claro das mulheres solteiras. Também na Praça de S. Tiago, *nível médio*, encontramos valores semelhantes, embora 62,5% destas mulheres sejam viúvas. Na Rua de Santa Maria, *nível elevado*, o número de fogos chefiados por mulheres ronda os 25%, enquanto que na Rua dos Mercadores não encontramos nenhum.

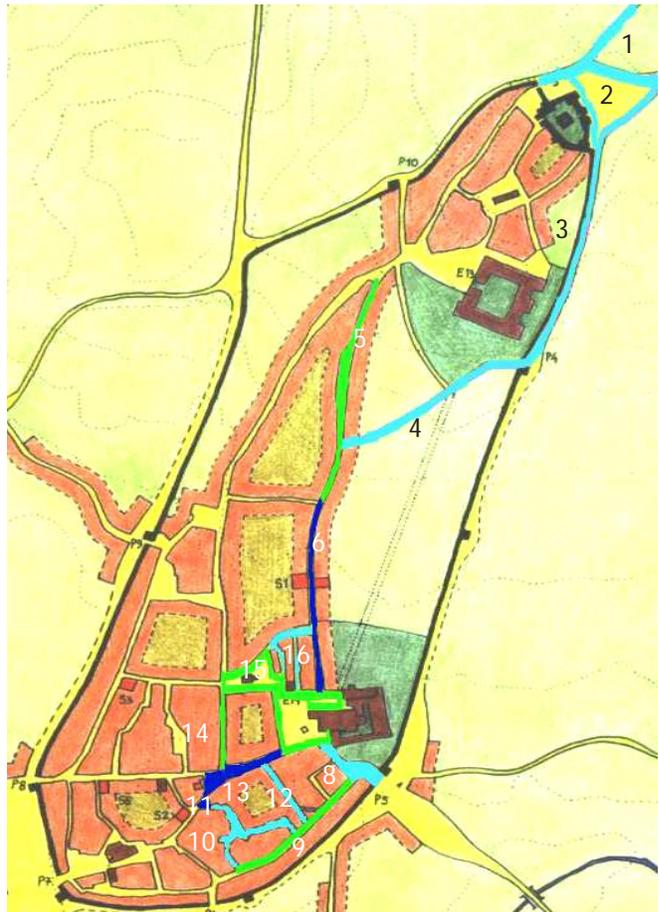
Perante condições favoráveis à sobrevivência, com uma mortalidade infantil baixa para os padrões da época e uma elevada esperança de vida, a emigração, maioritariamente masculina, foi a estratégia seguida para conservar o equilíbrio da população. Os reflexos desta situação observam-se no elevado número de mulheres que nos aparecem a chefiar o agregado familiar. A maior parte destes agregados chefiados por mulheres pertencem ao grupo das famílias mais humildes embora existam excepções em algumas famílias nobres de Guimarães - mas nestes casos estamos, em regra, perante uma fase do ciclo de vida da família.

Tratando-se de um ambiente urbano, o que ressalta é a enorme diversidade de profissões, diversidade no acesso à riqueza, diversidade e complexidade da composição dos agregados familiares. O número médio de habitantes por fogo confirma esta observação pois verificamos uma grande oscilação entre valores reduzidos nas zonas mais pobres (3,37) e outros, bastante elevados, nas zonas mais ricas (6,49).

Mas, acima de tudo, em Guimarães impressiona a enorme flutuação da população em permanente mobilidade - a dificuldade em perseguir o trajecto dos indivíduos nos róis de confessados é disso o melhor exemplo, são famílias inteiras que desaparecem de um ano para outro e outras que surgem para ocupar o espaço vazio. A estrutura dos agregados familiares deixa perceber esta situação pois podemos verificar a importância que detém em Guimarães a categoria dos isolados e dos agregados múltiplos, grande parte destes sem relação familiar evidente, demonstração inequívoca da enorme complexidade de abordagem à problemática do mundo urbano.

Finalmente resta-nos recordar o ponto de partida metodológico sobre o qual assentou este ensaio. Nos dois casos dispomos de uma sólida base de dados dos indivíduos residentes na paróquia, em encadernamento genealógico. É sobre este alicerce seguro que vamos pacientemente construindo o nosso edifício, recolhendo peças soltas que va-

FIG. 3 - LOCALIZAÇÃO DAS RUAS, DA ÁREA ANALISADA²



Nº	Rua	Nº	Rua
1	<i>Arcela e Cano</i>	9	<i>Rua Nova do Muro</i>
2	<i>Oliveiras</i>	10	<i>Eirado do Forno</i>
3	<i>Sta. Cruz</i>	11	<i>Tulha</i>
4	<i>Sabugal</i>	12	<i>Rua de Donães</i>
5	<i>Rua da Infesta</i>	13	<i>Rua dos Mercadores</i>
6	<i>Rua de Sta. Maria</i>	14	<i>Rua Escura</i>
7	<i>Praça de Nossa Senhora</i>	15	<i>Praça de S. Tiago</i>
8	<i>Rua do Postigo</i>	16	<i>Boticas</i>

mos tentando encaixar correctamente. Este trabalho, embora moroso e trabalhoso, é apaixonante! Lentamente vamos conseguindo surpreender os traços da construção, imaginamos até a vida a pulsar no seu interior... ■

NOTAS

¹ Os valores entre 1740 e 1760 foram retirados do estudo de Norberta Amorim, Exploração de Róis de Confessa-

Ribolhos - ao findar do Neolítico

Ribolhos, aquém do Rio Paiva, para Sul, pouco mais que um par de quilómetros distanciado da sede do concelho, Castro Daire, já não é terra do Montemuro fronteiro mas do planalto beirão, mais manso de clima, mais abundante de gente, mais fecundo de frutos.

Foi durante cem anos, cem anos só, terra de oleiros que trouxeram as suas raízes de longe, dos centros oláricos de S. Martinho de Mouros e de S. Pedro de Paus, do outro lado da Serra de Montemuro voltada ao Douro, do outro lado da história, decerto já do tempo do Neolítico.

Os primeiros oleiros da diáspora, um bando onde vinha o pai de Albino Ribeiro, vieram pelos fins do séc. XIX fixar-se na vizinha povoação de Ribeira de Arcas, uns outros deslocaram-se para mais longe.

O pai de Albino voltou à terra mais tarde levando o filho que ia já mais que adolescente enfeiti-

çado de amores por uma rapariga que ficava criança e prometida. E foi por isso que ele voltou já homem feito, mau aprendiz de outros ofícios que tentara, carregando a roda de oleiro igual à de seu pai e um destino. Casou. Teve filhos e plantou árvores como um beirão. Não escreveu livros porque ninguém o ensinou a ler e a escrever.

Mas deixou uma história tão grande como as voltas da sua roda que ele tocava sempre com as mãos.

José Maria nasceu em Ribolhos. Era dez anos mais novo. O pai também viera fixar-se ali. Uns e outros, estes oleiros procuravam mais longe mercado para a sua louça que já ninguém comprava na sua terra, ao fim da fornada. Ali casou também. Ali nasceram os filhos.

Foram dois mestres como nenhuns outros houvera, se por tal se entender que foram perfeitos na sua criação, porque eles ver-

dadeiramente não deixaram discípulos. Nem os filhos quiseram ser oleiros, sabe-se lá porquê.

A oficina confundia-se quase com a casa. A roda estava mais vezes na cozinha. No tempo quente vinha para a borda do caminho ou para o lagedo da eira e os camponeses que passavam, ou os pastores olhavam por um tempo as voltas dela e trocavam dois dedos de conversa sobre as vidas de cada um.

Era uma roda baixa, tabuão espesso e redondo que girava num eixo pouco elevado levantado de um cepo, o **quiço** que se amparava numa cruz de madeira, a **cra-velha** pregada ao tabuão por quatro tabuinhas que se designavam por **pombinhas**. Ficava resvês quase com a terra e o oleiro sentado numa tripeça soerguia-se amiúdo para fazer girar, com a mão, a roda que nem sempre era leve.

Ao pé de si tinha sempre uma velha bacia com água, o **augueiro**,

Bases de dados paroquiais e cruzamento nominativo

dos numa paróquia de Guimarães (1734-1760), publicado em 1983.

² Fonte: Guimarães, Património Cultural da Humanidade, edição da C.M.G., 2002, pág. 63

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, M. Norberta (1973), *Rebordões e a sua População nos séculos XVII e XVIII*. Estudo Demográfico, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda.

AMORIM, M. Norberta, (1983, a) *Exploração de Róis de Confessados numa paróquia de Guimarães (1734-1760)*, Guimarães, ed. Autor.

AMORIM, M. Norberta (1987), *Guimarães de 1580 e 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

AMORIM, M. Norberta (1992), *Evolução*

Demográfica de Três paróquias do Sul do Pico (1680/1980), Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.

AMORIM; M. Norberta, (1995, a) "Instabilidade da Família Urbana de Antigo Regime", in *Ler História*, pp. 27-43.

AMORIM; M. Norberta (1999, b), "O Minho: Comportamentos Demográficos através da Informação Paroquial", in *Ler História*, 36, pp. 9-43.

DUPÂQUIER, Jacques (1984), *Pour la Demographie Historique*, Paris, PUF

FERREIRA, Antero (2001), *Sistema de Aquisição de dados para a reconstrução de paróquias. A reprodução social em S. João das Caldas (1600-1900)*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho, po-

licopiada.

FLEURY, Michel e HENRY, Louis (1976), *Nouveau Manuel de Dépouillement et d' Exploitation de l'État Civil Ancien*, Paris, INED.

GARRIDO, E., 1992a, "«Casa y compañía». La familia en la Huerta de Valencia. Algunas reflexiones teóricas y metodológicas", *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XI,2, 1993, 9-54

LASLETT, Peter et ai. (org.) (1972), *Household and family in the past time*, Cambridge. Cambridge University Press.

NEVES, António Amaro das (2001), *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no Norte de Guimarães (séculos XVI-XVIII)*, Guimarães, Universidade do Minho, Monografias NEPS.

Ribolhos - ao findar do Neolítico

um caco de cinza que espalhava à medida no campo da roda para mais tarde desprender a obra feita, panos molhados, os trapos, o fanadoiro, que era uma faca longa de madeira que alisava o barro das peças ao subir, o esquinote, também de madeira branda, que aparava os fundos. Mais nada. Apenas o saber de experiência feito.

Antes cavavam o barro nas barreiras do Carvalhal, não muito longe e traziam-no aos ombros ou num burrico para uma loja que ficava paredes-meias com a casa e que servia também de adegas e de dispensa e de armazém de louça no fim da cozedura. E era ali que estava também o pio de picar onde sovava o barro batendo-o com um maço de madeira, o pico de picar, onde o crivava depois com peneira fina para evitar ciscos e areias, onde o amassava com água antes de levá-lo como bolo imenso, o pelão, para junto da roda onde se sentava então dias inteiros.

Uma a uma as peças saíam para as prateleiras de tábuas suspensas do muro da cozinha, por cima da pedra da lareira, onde ficavam a secar até que fosse tempo de ter a fornada pronta e acender então o lume da cozedura.

Não havia ainda, nunca houve, forno em Ribolhos. Em Ribolhos demorava ainda o Neolítico e a louça cozia numa cova funda, era chamada a soenga, onde se colocava um lastro de caruma antes de acastelar a louça que antes fora lentamente aquecendo, o esquento, num lume brando de moinha.

Às vezes a soenga ficava logo ao deslado do caminho, como a de Zé Maria ou á beira das hortas, como a de Albino. Como num forno verdadeiro os oleiros podiam

cozer à vez, se os houvesse. À volta do castelo que era lindo de ver, os oleiros dispunham lenha seca trazida do monte, acendiam o lume e esperavam.

Guiados apenas pelo olhar que descobria na cor rubra do barro o exacto momento da cozedura feita, carregavam, eles e as mulheres, molhos de fetos verdes e abafavam o lume que se extinguia lentamente sob a camada de terra negra que à enxada atiravam sobre a louça cozida resguardada



pelo manto dos fetos.

Por uma noite ficava assim a louça e era então nessa atmosfera redutora, nessa câmara escura que um episódio químico acontecia. E a louça ficava negra até à raiz do barro.

Na manhã vinha o oleiro e a família e trazia sempre a incerteza no olhar. Lentamente retiravam das cinzas a louça quente, lavavam-na com água mais tarde, guardavam-na outra vez no chão da cozinha ou da loja antes que viessem os fregueses, antes de partirem, a carga às costas de um burrico, para a feira do Crasto, (Castro Daire), todos os quinze dias, para as aldeias das redondezas donde nem sempre voltavam ao findar do dia.

Os clientes eram lavradores de vastas terras, camponeses com terras à renda, gente do campo que só tinha braços para alugar.

Os primeiros compravam talhas cintadas e untadas de pês louro

para conservas de azeitona ou de mel. E alguidares grandes e cântaros e panelas e caçoilas que as mulheres levavam ao lume para fazer o caldo da família. Também compravam tendedeiras para medirem o pão antes de entrar no forno. E assadores de castanhas.

Os outros também compravam alguidares, cafeteiras, pucarinhos, às vezes pratos ladeiros e sertãs de barro que eles também faziam.

Naqueles tempos os lavradores pagavam com frutos o trabalho dos oleiros e era assim que eles matabam a fome dos filhos.

A louça era negra, sem brilho, as mãos sentiam a aspereza da argila. Mas ninguém reparava. A louça era apenas útil.

Ninguém dava conta que as talhas ficavam um pouco mais lindas envoltas em cintas onde o oleiro marcava um desenho com a pressão do seu polegar. Ninguém dava conta do ligeiro ondeado nos ombros das púcaras, as carriças, único jeito de adorno que o oleiro se comprazia em fazer, fazendo cantar, com mão ligeira, o bordo do esquinote enquanto a roda girava.

Mas isso não importava.

Cem anos durou esta cultura estranha em Ribolhos. Veio até ao fim do Neolítico. Quando outras culturas chegaram dando passos de mil anos. ■

CORREIA, Alberto - Mestre Albino de Ribolhos, Beira Alta, Viseu, Vol. 36, fasc. 2, 1976.

CORREIA, Alberto - O último oleiro de Fazamões, Beira Alta, Viseu, Vol. 39, Fasc. 1 e 2, 1980.

Três oleiros de Viseu. Mestre Albino, Mestre José Maria, Mestre António Vista, I.E.F.P., Lisboa, 1992.

monografias neps

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[19,80€]

CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, *Basto (St.ª Tecla) - Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[19,80€]

FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população - 1606-1910*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[15,70€]

GOMES, Maria Palmira Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça - Ovar (1583-1975)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[15,70€]

LAGE, Maria Otilia Pereira, *Wolfram = volfrâmio terra revolvida, memória revolta para uma análise transversal da sociedade portuguesa (anos 1930-1960)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2003.

[26,50€]

MONTEIRO, Miguel, *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2000.

[20,00€]

NEVES, António Amaro das, *Filhos das Ervas - A ilegitimidade no Norte de Guimarães, séculos XVI-XVIII*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[15,70€]

PAIVA, Odete, *S. Martinho de Avidos, comunidade rural do Vale do Ave: Demografia e Sociedade (1599-1995)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[20,00€]

SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura - Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[15,70€]

SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[19,80€]

SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[19,80€]

textos neps

POLANAH, Luís, *Olhares sobre a vida camponesa - Estudos e reflexões de Antropologia Social*, Organização de António Amaro das Neves, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2003

[17,50€]

cadernos neps

AMORIM, Maria Norberta, *Ribeiras do Pico. (Finais do séc. XVIII a finais do séc. XX). Microanálise de evolução demográfica*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[11,00€]

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (com a colaboração de Anabela de Deus Godinho), *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[7,50€]

LAGE, Maria Otilia Pereira (com a colaboração de SOARES, Odete do Carmo Santos e DIAS, Ana Margarida Mendes) *Bibliografia. Demografia Histórica - História das populações - Portugal*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 200.

[11,00€]

LAGE, Maria Otilia Pereira, *Abordar o Património Documental: territórios, práticas e desafios*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2002.

[7,50€]

cadernos neps (série B)

COSTA, Antonieta, *As festas sanjoaninas e suas origens mais remotas*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2002

[5,00€]

outros textos

MACIEL, Maria de Jesus, *Imagens de Mulheres*, Câmara Municipal de Lajes do Pico/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[9,40€]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretaria do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).



Boletim Informativo

n.º 33/34 ■ Setembro/Novembro ■ 2003



PUBLICAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE ■ Instituto de Ciências Sociais ■ Universidade do Minho ■ Pólo de Azurém ■ Guimarães ■ DIRECTORA: Margarida Varela Durães ■ EDITOR: António Amaro das Neves ■ COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO: Elisabete Pinto ■ COLABORADORES DESTE NÚMERO: Maria Norberta Amorim, Antero Ferreira, Elisabete Pinto, Alberto Correia, António Amaro das Neves ■ SECRETARIADO: Isabel Salgado, Daniel Freitas, Fátima Dias, Natália Silva, Victor Oliveira ■ DEPÓSITO LEGAL n.º 125306/98 ■ ENDEREÇO: Núcleo de Estudos de População e Sociedade, U. do Minho, Pólo de Azurém - 4800-058 Guimarães ■ Telefone: 253510579 ■ Fax: 253510570 ■ e-mail: neps@neps.ics.uminho.pt ■ URL: <http://sarmento.eng.uminho.pt/neps>

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins. ■ Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.